

Brasil vai pedir mais

Dívida ext.

17/12/85, TERÇA-FEIRA • 7

um ano de prazo

O Brasil vai propor formalmente aos bancos o escalonamento das amortizações da dívida externa que vencem em 1985 e 1986, no montante de US\$ 15 bilhões, ao mesmo tempo que pedirá a prorrogação das linhas de financiamento de curto prazo, que expiram no dia 17 de janeiro, por mais um ano. A informação foi prestada ontem pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e pelo seu diretor de dívida externa, Antônio de Pádua Seixas.

Seixas estará retornando hoje à noite para Nova York para dar andamento às negociações que iniciou nas últimas quinta e sexta-feira com o Comitê Assessor da dívida externa brasileira. Tanto ele quanto Bracher deixaram claro que esta renegociação de curto prazo atende os interesses dos bancos que estão "inseguros" com a posição do País de dispensar o aval do FMI. Entretanto, os dois representantes do BC destacaram que os credores tiveram "boas impressões" sobre o desempenho da balança comercial, que para 1985 terá um superávit de US\$ 12,5 bilhões, o que é mais do que suficiente para saldar os juros.

Bracher afirmou, por sua vez, que o mesmo expediente de renegociar a dívida em curto prazo será observado junto ao Clube de Paris, onde têm assento os presidentes de bancos centrais dos países ricos. Seixas não quis dizer se o Brasil poderia conseguir acordos melhores com os bancos estrangeiros caso aceitasse passar pelo FMI. O diretor de dívida externa do BC também admitiu que a decisão do Brasil de não garantir o pagamento dos débitos do

Comind, do Auxiliar e do Maisonnave, contraídas via Resolução 63 junto aos bancos estrangeiros, no total de US\$ 415 milhões, está sendo um obstáculo da renegociação da dívida brasileira. Cerca de uma centena de bancos estão correndo o risco de perder parte desses recursos, mesmo porque o governo decidiu pagar 25% a partir de ontem. Antônio de Pádua Seixas informou que a parcela correspondente a esses 25% ficará retida no Banco Central e será juntada ao restante da dívida a vencer em 1985 e 1986, que está sendo objeto de renegociação com os bancos.

Fernão Bracher salientou que os bancos credores só aceitariam renegociar com o Brasil a longo prazo, se houvesse aval do FMI. Sem o Fundo, eles estão "inseguros" e mesmo assim admitiriam um acordo mais de duração mais prolongada se a conjuntura internacional por pelo menos 14 anos fosse bastante favorável ao Brasil. E citou hipóteses que contribuiriam para esse quadro: se os preços do petróleo baixassem ainda mais e se os produtos exportados pelo Brasil subissem no mercado. Diante da incerteza da conjuntura, o negócio mais seguro — para os bancos — será mesmo renegociar os pagamentos do Brasil em dois anos.

Seixas se negou a revelar os detalhes de sua proposta aos bancos, principalmente com relação aos "spreads" (taxas de risco), e assinalou que não tem pressa de concluir as negociações, tanto que não informou a data do retorno, mas declarou que gostaria de retornar ao Brasil na sexta-feira próxima e passar o Natal em família.